CRIANÇAS PORTADORAS DE NECESSIDADES ESPECIAIS: OS DESAFIOS DO DOCENTE

CILENE ROSA GUEDES DOS SANTOS

RESUMO

O presente artigo tem o propósito de levantar uma discussão acerca do processo de inclusão na educação infantil através das práticas pedagógicas. Devido ao crescente número de crianças com necessidade especial ingressando em turmas regulares na educação infantil, a escola precisa estar preparada, não só na parte de acessibilidade, mas também na formação dos profissionais de educação. E nessa perspectiva, a sala de aula se torna o lugar no qual a prática construída no cotidiano pode promover a inclusão. Sabemos das dificuldades encontradas nas escolas para que essa inclusão aconteça: a falta de material especializado, as lacunas na formação, a falta de professores são alguns desses desafios. Por isso, iremos, neste artigo, embasados em teóricos da área, analisar não só os desafios, mas também as possibilidades que podemos encontrar através da prática, buscando refletir, e quiçá, encontrando caminhos para que se possa promover uma inclusão, ou seja, garantido uma educação de qualidade e respeitando a singularidade de cada um.

PALAVRAS-CHAVE: Inclusão. Educação infantil. Educação especial. Formação de professores.

ABSTRACT

This article aims to raise a discourse about the process of inclusion in early childhood education through pedagogical practices. Due to the increasing number of children with special needs entering regular classes in early childhood education, the school needs to be prepared not only in the accessibility part but also in the training of education professionals. And from this perspective, the classroom becomes the place in which the practice constructed in everyday life can promote inclusion. We know of the difculties encountered in schools for this inclusion to happen, the lack of specialized material, the gaps in training, the lack of teachers, are some of these challenges. Therefore, in this article, based on theorists of the feld, we analyze not only the challenges but also the possibilities that we can fnd through practice, seeking to refect, and perhaps, fnding ways to promote inclusion, that is, to guarantee an education Of quality and respecting the uniqueness of each one.

KEYWORDS: Inclusion. Child education. Special education. Teacher training.

INTRODUÇÃO

Um aspecto marcou a nossa historicidade na educação brasileira, as crianças que antes eram excluídas da escola regular e colocadas em instituições para deficientes, agora têm o direito garantido por lei (a educação e de frequentar a mesma escola das crianças tidas como "normais". Assim, crianças que apresentam diferentes déficits, sejam eles temporários ou crônicos, graves ou leves, devem ser inseridos no ensino regular). A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9394, em 1996, assegurou que a criança deficiente física, sensorial e mental, pode e deve estudar em classes comuns. Dispõe em seu art. 58, que a educação escolar deve situar-se na rede regular de ensino e determina a existência, quando necessário, de serviços de apoio especializado. Preveem também recursos como classes, escolas ou serviços especializados quando não for possível a integração nas classes comuns. O art. 59 contempla a adequada organização do trabalho pedagógico que os sistemas de ensino devem assegurar a fm de atender as necessidades específcas, assim como professores preparados para o atendimento especializado ou para o ensino regular, capacitados para integrar os educandos portadores de necessidades especiais nas classes comuns.

A efetivação da inclusão exige a superação de vários desafos, tais como: estabelecimento de novas formas pedagógicas, capacitação dos professores para saber lidar com diferentes problemáticas, os alunos e a própria criança deficiente precisam participar ativamente de seu processo de inclusão. Entretanto para zelar pelas crianças que necessitam de atenção especial na educação regular é preciso criar uma rede de apoio que envolva (todos os atores) ou especialistas como: psicólogos, neurologistas, fonoaudiólogo, fsioterapeuta, dentista e outros. Dessa forma, a concepção de aprendizagem é tida como um processo que sempre inclui relações entre indivíduos, onde a interação do sujeito com o mundo se dá pela mediação feita por outros sujeitos. É através da inclusão que a criança desenvolve a linguagem, o pensamento, a socialização, a iniciativa e a autoestima, preparando-se para ser um cidadão capaz de enfrentar desafos e participar na construção de um mundo melhor independente das diferenças. A escola deve ser capaz de atender seus alunos em suas especialidades e singularidades e isso é válido para todos, não só para os que possuem algum déficit. Afnal, todas as pessoas apresentam diferentes características, se sobressaem em algumas áreas e apresentam difculdade em outras, e isso precisa ser respeitado e levado em conta na hora da aprendizagem e

do convívio social. A participação dos pais é fundamental para o desenvolvimento, aprendizagem e interação da criança no contexto escolar. Visto que a inclusão não se limita a colocar a criança dentro da escola, é preciso que ela consiga interagir de acordo com suas potencialidades com outras crianças. Salientamos que é essencial a compreensão de que a inclusão e integração de qualquer cidadão com necessidades especiais ou não, são condicionadas pelo seu contexto de vida, ou seja, dependem das condições sociais, econômicas e culturais da família, da escola e da sociedade. E mais importante é que educar é um ato de amor, aonde o professor tem que ir além do conhecimento teórico, pois é preciso percepção e sensibilidade para identificar as necessidades dos alunos. Com base nessas premissas iniciais, buscamos tecer algumas reflexões a partir da pesquisa realizada em uma Escola da cidade do Salvador que atende a crianças com necessidades especiais. Para tanto essa pesquisa de caráter qualitativo utilizou como instrumentos de coleta de dados a entrevista semiestruturada e observação.

REFLEXÕES SOBRE O PROCESSO DE INCLUSÃO

Entende-se por educação especial a educação dirigida aos portadores de necessidades especiais mental, auditiva, visual, física múltipla e portadores de altas habilidades. A deficiência refere-se á perda, anormalidade de estrutura ou função de toda a alteração do corpo ou da aparência física, de um órgão ou de uma função, qualquer que seja a sua causa. A incapacidade refere-se à restrição de atividades em decorrência das consequências de uma deficiência em termos de desempenho e atividade funcional do indivíduo e que representam as perturbações ao nível da própria pessoa. "Desvantagens referem-se á condição social de prejuízo que o indivíduo experimenta devido a sua deficiência e incapacidade, as desvantagens refetem a adaptação do indivíduo e a interação dele com seu meio". (AMARAL; AQUINO, 1998, p. 24-25). No contexto da inclusão educacional de crianças com necessidades especiais é fundamental que a criança seja vista como criança, não lhe negando sua diferença ou característica orgânica, mas nunca se deve supervalorizar esse fator e resumir uma ação a uma única característica, principalmente aquele que deprecia uma pessoa ao diferenciá-la diante das demais. "Na escola inclusiva professores e alunos aprendem uma lição que a vida dificilmente ensina: respeitar as diferenças, esse é o primeiro passo para construir uma sociedade mais justa". (MANTOAN, 2005, p. 24-26). A autora Maria Teresa Eglér Mantoan, é uma das maiores defensoras da educação inclusiva no

Brasil, e crítica convicta das chamadas escolas especiais, ela ressalta na entrevista as grandes lições para professores e alunos, onde a tolerância, respeito e solidariedade são atitudes importantes na busca de uma sociedade mais justa, em que todas as pessoas realmente serão iguais perante a lei. A escola inclusiva deveria ser chamada de escola para todos, pois esta sim está aberta totalmente para que qualquer pessoa possa ter uma educação digna, sem ser necessário estudar em uma "escola especial", uma escola que abrigue as diferenças e se enriqueça com elas, portanto, a inclusão deve ser defendida e investida. A Lei de Diretrizes e Bases da educação nacional 9394/96 (LDB) e o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), afrma que é incumbência dos docentes zelar pela aprendizagem do aluno com necessidades especiais na modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino. Entretanto, promover a inclusão apesar de ser um dever das escolas expresso em lei está bem longe de alcançar o objetivo maior que é garantir a todas as crianças portadoras de alguma deficiência uma escola acolhedora, de qualidade que supra suas necessidades, pois a estrutura de ensino está montada para receber um aluno ideal, com suportes padrões de desenvolvimento emocional e cognitivo. E incluir as crianças da educação infantil, garantindo-lhes o direito a educação, demanda romper paradigmas educacionais vigentes na maioria de nossas escolas. A educação inclusiva é uma tendência internacional deste fnal de século. É considerada escola inclusiva aquela que abre espaço para todas as crianças, abrangendo aquelas com necessidades especiais. O principal desafo da escola inclusiva é desenvolver uma pedagogia centrada na criança capaz de educar a todas, sem discriminação respeitando suas diferenças, uma escola que dê conta da diversidade das crianças e ofereça respostas adequadas, a suas características e necessidades solicitando apoio de instituições e especialistas quando isso se fzer necessário. É uma meta a ser alcançada por todos aqueles comprometidos com o fortalecimento de uma sociedade democrática, justa e solidária. Um requisito para que a inclusão educacional ocorra de forma satisfatória, é o professor ser criativo, buscar cada vez mais conhecimentos, ampliando seu repertório de ações e recursos para satisfazer as diferentes necessidades que advém da diversidade de pessoas inseridas numa sala de aula, porque nem sempre é possível atender as especifcidades inerentes a cada aluno seja ele com ou sem deficiência. Afnal, um professor predisposto à docência não consegue se acomodar com as coisas prontas e resolvidas, ele se incomoda diante de um desafo, de algo que exige dele um maior empenho e compromisso. E diante da inclusão educacional de crianças com necessidades especiais é essencial que o professor busque inovar-se, adquirir sempre mais conhecimento, pois todo o conhecimento que viermos a adquirir no dia a dia no contexto da educação inclusi-

va em sala de aula no atendimento a essas crianças será sempre pouco, porque todos os dias estaremos nos reciclando. As atividades realizadas neste tipo de trabalho devem ser abertas e diversificadas, além de flexibilizado para a abordagem em vários níveis de compreensão, entendimento, apropriação e desempenho nessas atividades. Nunca se deve evidenciar ou comparar alunos que possuem habilidades e potencialidades diferenciadas, o ideal é elogiar e incentivar os aspectos positivos construídos por todos, porém essas atividades podem ser enriquecidas por debates, pesquisas em grupo, registros escritos e falados, dinâmicas, filmes, músicas e vivências grupais. Os conteúdos deverão ser trabalhados gradativamente sem cobranças e limitações, a avaliação para este ensino deverá ser processual e um dos aspectos a ser observado é o processo dos alunos no tratamento das informações e participação na vida social, devem-se evitar os métodos quantitativos e classificatórios e também trabalhar para que o aluno faça sua auto avaliação, alguns instrumentos poderão ser de grande valia na atuação num ambiente inclusivo: registros diários, portfólio, arquivos de atividades, impressos e reflexões significativas das crianças. O processo de ensino-aprendizagem de educando com ou sem deficiência ocorre num processo de respeito, diálogo e trocas de vivências, pois se o educador conseguir propiciar a seu educando um ambiente saudável, estimulante e facilitador da aprendizagem, não haverá no ambiente escolar deficiências nem diferenças, mas haverá uma prática pedagógica diferenciada. Por isto é importante a formação do professor, na capacitação continuada para que se tenha um suporte necessário para modificar práticas retrógadas e reconstruir o ato de ensinar e aprender. "A socialização da criança não só ativa e exercita suas funções psicológicas, como é a fonte do surgimento de uma conduta determinada historicamente (...). A relação social é a fonte do desenvolvimento dessas funções, particularmente na criança deficiente mental" (Vygotsky, 1989, p.109). De acordo com Vygotsky é possível entender que as limitadas oportunidades de interação do portador de deficiência, em seu contexto social, interferem no desenvolvimento das funções mentais superiores. A sua exclusão do meio social lhe traz complicações secundárias na forma de um desenvolvimento social insuficiente, com considerável prejuízo na aprendizagem e, consequentemente, no desenvolvimento. Por isso, a escola, espaço interativo por excelência, tem um importante papel no desenvolvimento, oportunizando a integração social, impulsionando a aprendizagem, criando zonas de desenvolvimento proximal, propiciando as compensações às deficiências. "A aprendizagem da linguagem é a condição mais importante para o desenvolvimento mental, porque, naturalmente, o conteúdo da experiência histórico-social, não está consolidado somente nas coisas materiais; está generalizado e refete-se de forma verbal na linguagem" (Vygotsky, 1989, p.114). Ou seja, levar em consideração a produção da linguagem significa estudar o portador de deficiência como sujeito da e na história, sujeito produtor de textos, autor da sua palavra. Nesse sentido, o conhecimento, da educação especial é dialógico, é acontecimento, é encontro. REFLETINDO SOBRE O CONTEXTO DA PESQUISA A pesquisa foi realizada na Escola Municipal Francisco Leite, localizada na Rua Celika Nogueira, nº. 146 Bairro de Águas Claras - Salvador/ BA. Com base nos dados da entrevista a professora nos indica que a escola se fundamenta na teoria socioconstrutivista. As atividades desenvolvidas na sala com as crianças portadoras de necessidades especiais são feitas através de uma mediação onde o professor auxilia de forma mais próxima e comunica as necessidades aos pais. Como afrma a fala da professora entrevistada "Eu só vou mais próximo a ela pra que ela possa estar desenvolvendo essas atividades." A participação dos pais é fundamental para o desenvolvimento das crianças, e segundo a professora a participação dos pais na escola tem sido parcial, pois alguns participam outros não. Como afrma a fala da professora "A gente sente a diferença entre a criança que tem um acompanhamento familiar, que a família aceita a deficiência da criança, que a família está junto, e aquela que não tem." Dessa forma, vimos que a inclusão não se resolve apenas inserindo as crianças nos contextos educacionais, vai mais além, exige empenho e compromisso de todos os envolvidos nos cuidados com essa criança e a professora relatou na entrevista duas situações distintas, uma em que a criança com necessidade especial recebe todo cuidado e atenção da escola, da família que busca auxílio terapêutico, psicológicos, fonoaudiólogos e que resulta em avanços no desenvolvimento e aprendizagem, enquanto os pais da outra criança muitas vezes nem aparece na escola, muito menos a leva para ser acompanhada por especialista, o que torna o seu avanço muito lento. A professora relata "... Eles não fazem diferenciação de nada e interagem muito bem, porque o cadeirante mesmo, os meninos levam a cadeira dele na brincadeira, é uma coisa maravilhosa, eles participam das apresentações, Jamile que tem deficiência mental adora cantar e dançar..." Portanto, fca evidente que independente da necessidade especial às crianças interage normalmente. Visto que, para a professora entrevistada o papel do professor no contexto da inclusão é fazer a interação da criança especial com o resto da turma, e observamos que de fato não existe rejeição para com as crianças especiais, que recebem a mesma atenção, brincam juntos, conversam e interagem entre si. Através da observação foi constatada a preocupação da escola em manter um espaço propício para atender integralmente as normas garantindo a acessibilidade de todas as crianças portadoras de necessidades

educacionais especiais mesmo se tratando de uma escola de ensino regular. Para atender as crianças com necessidades especiais é preciso o apoio de especialistas, professores, familiares e todos os envolvidos, mas essa questão fcou a desejar nessa escola observada, onde a professora demonstrou isso na seguinte fala: "Apesar da prefeitura ter dado alguns cursos para os professores, não tem como a gente utilizar nada do que a gente sabe Cairu em Revista. Out/nov. 2011, Ano 1, n° 0, p. 99- 110, ISSN 22377719 106 com ela, pois nem a linguagem dos sinais ela não sabe, ela só se comunica da forma não verbal". Mostra que os cursos oferecidos pela prefeitura não são sufcientes para auxiliar a criança com defciência auditiva, seria necessário que a escola providenciasse um instrutor para as crianças que não conhece a língua brasileira de sinais (libras). E foi mencionada na entrevista uma preocupação da professora em querer aprender libras para ensinar a sua aluna portadora de defciência auditiva, como afrma a seguinte fala: "Inclusive eu estou aprendendo libras para ver se eu consigo ensinar Carol e tirar ela daquele mundo só de conversas mais informais". Percebemos a importância da relação interpessoal no desenvolvimento da criança, dessa forma, a concepção de aprendizagem é tida como um processo que sempre inclui relações entre indivíduos, pois a interação do sujeito com o mundo se dá pela mediação feita por outros sujeitos, e fcou explicito na observação que todas as crianças se comunicam de forma gestual, corporal, facial e se entendem entre si. Percebemos a falta de estrutura e apoio da família com algumas crianças, como afrma a seguinte fala da professora "A família da criança que tem o problema auditivo não está nem aí pra ela, vai e volta com o irmão sozinho, a mãe totalmente desestruturada, já tem outros flhos, uma vida sexual muito irregular" Isso demonstra o quanto à participação da família é fundamental no processo de desenvolvimento da criança no contexto escolar. E a professora afrma um desinteresse de alguns pais em ajudar os seus flhos, como afrma a fala: "Quando a gente consegue que a mãe vá à escola, porque ela nunca vai, a gente chama e conversa, venha pra sala pra fcar um dia comigo, pra gente puder ajudar Carolina, mas ela se recusa e não vai mesmo, os meninos chegam tarde e saem tarde, porque ela não tem esse cuidado com eles". Percebemos que a professora auxilia e esclarece aos pais quanto às necessidades dos seus flhos, mas não encontra apoio deles, difcultando assim o seu trabalho. A professora demonstra prazer no seu trabalho, e fca satisfeita quando percebe avanços no desenvolvimento das crianças, mas relata que em determinados momentos se sente impotente quando não vê avanços em determinados alunos. Declara que gosta de ensinar e que educar é um ato de amor, como afrma a seguinte fala: "Tem dois fatores primordiais: é você conhecer a criança, o que ela gosta como ela é, como ela aprende, e amar, eu acho que não tem outra forma, o amor passa por tudo isso". Nesse sentido, fca evidente que o professor tem que ir além do conhecimento teórico, pois é preciso percepção e sensibilidade para identifcar as necessidades dos alunos. Agrupados em escolas especiais para pessoas com defciência, ou mesmo em classes especiais, grupos de lazer ou residências para defcientes.

Os movimentos em favor da integração de crianças com defciência surgiram nos Países Nórdicos, em 1969, quando se questionaram as práticas sociais e escolares de segregação. Sua noção de base é o princípio de normalização, que, não sendo específco da vida escolar, atinge o conjunto de manifestações e atividades humanas e todas as etapas da vida das pessoas, sejam elas afetadas ou não por uma incapacidade, difculdade ou inadaptação.

Pela integração escolar, o aluno tem acesso às escolas por meio de um leque de possibilidades educacionais, que vai da inserção às salas de aula do ensino regular ao ensino em escolas especiais.

O processo de integração ocorre dentro de uma estrutura educacional que oferece o aluno a oportunidade de transitar no sistema escolar-da classe regular ao ensino especial-em todos os seus tipos de atendimento: escolas especiais, classes especiais em escolas comuns, ensino itinerante, salas de recursos, classes hospitalares, ensino domiciliar e outros. Trata-se de uma concepção de inserção parcial, porque o sistema prevê serviços educacionais segregados.

E sabido (e alguns de nós têm experiência própria no assunto) que os alunos que migram das escolas comuns para os serviços de educação especial muito raramente se deslocam para os menos segregados e, também raramente, retornam/ ingressam às salas de aula do ensino regular.

Nas situações de integração escolar, nem todos os alunos com defciência cabem nas turmas de ensino regular, pois há uma seleção previa dos que estão aptos à inserção. Para esses casos, são indicados: a individualização dos programas escolares, currículos adaptados, avaliações especiais, redução dos objetivos educacionais para compensar as difculdades de aprender. Em suma: a escola não muda como um todo, mas os alunos têm de mudar para se adaptarem às suas exigências. A integração escolar pode ser entendida como o "especial na educação", ou seja, a justaposição do ensino especial ao regular, ocasionando um inchaço desta modalidade, pelo deslocamento de profssionais, recursos, métodos e técnicas da educação especial às escolas regula.

EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERPECTIVA DA INCLUSÃO

Atualmente muito tem se falado sobre educação inclusiva, contudo há ainda muitas questões que fogem do conhecimento das pessoas, principalmente em relação a educação inclusiva e a educação especial. Educação inclusiva ou escola inclusiva diz respeito a inclusão dos alunos com deficiência ou com alguma dificuldade de aprendizagem em um espaço comum, em que convivem alunos que não possuem nenhuma deficiência. Vale dizer que a educação inclusiva é uma nova concepção de ensino que tem como principal objetivo incluir a todos no processo de educação. O termo Educação Inclusiva foi conceituado pela primeira vez pela Declaração de Salamanca, que defendeu a ideia de que as pessoas (crianças e adultos) podem participar do processo de aprendizagem por meio da socialização e interação em turmas regulares de ensino. Ela pressupõe a igualdade de oportunidades e a valorização das diferenças humanas, contemplando, assim, as diversidades étnicas, sociais, culturais, intelectuais, físicas, sensoriais e de gênero dos seres humanos. Implica a transformação da cultura, das práticas e das políticas vigentes na escola e nos sistemas de ensino, de modo a garantir o acesso, a participação e a aprendizagem de todos, sem exceção (MENDES, 2019, on-line) Cumpre destacar que a educação inclusiva não se trata de um sinônimo de educação especial, pois, esta, é conceituada como uma modalidade de educação especial que realiza atendimento educacional especializado, ou seja, dentro da instituição de ensino (ou fora dela), deve haver um espaço onde o aluno portador de alguma deficiência é recebido para ter um atendimento especializado, com profissional específico, muitas vezes em contato com outras crianças que também possuem necessidades especiais. “Ela é o ramo da Educação que se ocupa do atendimento e da educação de pessoas com deficiência em instituições especializadas, tais como escolas para surdos, escolas para cegos ou escolas para atender pessoas com deficiência intelectual” (MENDOÇA, 2015, p. 2). O Ministério da Educação classifica o público-alvo da educação especial em três grupos: pessoas com deficiência, seja ela física, mental, intelectual ou sensorial; pessoas com transtornos globais do desenvolvimento, os quais apresentam quadro de alteração no desenvolvimento psicomotor (autismo, Asperger, psicose infantil); pessoas com altas habilidades e superdotação, aqueles que possuem um alto grau de desenvolvimento nas áreas do conhecimento humano. A educação especial na perspectiva inclusiva, trata-se, portanto da promoção de inclusão do público-alvo da educação especial. Ou seja, de uma forma geral, educação inclusiva se refere ao movimento de inserir todos os alunos na escola regular, independentemente de qualquer distinção, inclusive aqueles que estão no foco do trabalho das instituições de ensino especializados. É válido ressaltar que não são apenas os alunos com deficiência que se beneficiam, antes, porém, todos os alunos ganham com a inclusão, tendo em vista que a escola formará pessoas capazes de identificar e valorizar as diferenças, sendo capazes de reconhecer que ser diferente não é um motivo de separação, mas, sim de inclusão, propiciando trocas de experiências e saberes.

Guijarro (2005) enfatiza que a Educação Inclusiva não acontece somente com a inserção dos alunos com deficiências nas escolas regulares, a inclusão acontece quando o aluno começa a desenvolver sua aprendizagem, pois o direito a educação não se restringe ao direito de ter acesso a ela, mas sim de ter oportunidade de aprender e desenvolver-se plenamente como pessoa. Na construção de uma prática verdadeiramente inclusiva na sala de aula deve haver a observância dos cinco princípios que norteiam a educação inclusiva, são elas:

Toda pessoa tem o direito de acesso à educação.

Toda pessoa aprende

O processo de aprendizagem de cada pessoa é singular

O convívio no ambiente escolar comum beneficia todos

A educação inclusiva diz respeito a todos (PAGANELI, 2018)

Para Mendes (2019) os princípios são como um guia para os educadores comprometidos com a educação inclusiva. Como diz o autor, esses princípios servem para que não se perca o “rumo” das práticas pedagógicas, sejam por professores iniciantes na atividade docente, e até mesmo os professores experientes.

IMPORTÂNCIA DA INCLUSÃO NOS PRIMEIROS ANOS DA VIDA ESCOLAR

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996 (LDB) instituiu a Educação Infantil como sendo a primeira etapa da Educação Básica, a qual deve ser destinada às crianças de 0 a 3 anos, que compreende a creche e de 4 a 6 anos, compreendendo a pré-escola. Contudo, só será obrigatório a matrícula das crianças a partir dos 4 anos de idade, ficando a critério dos pais a escolha por matricular as crianças abaixo dessa faixa etária. A LDB é um importante instrumento que dá diretrizes e normatiza a Educação Infantil. Segundo esse documento, os alunos da primeira etapa da Educação Básica devem ser acolhidos em instituições que visem primordialmente o desenvolvimento integral das crianças, que comtemple os aspectos físicos, motores, cognitivos, emocionais, psicológicos e sociais O MEC elaborou em 2001 o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil, Estratégias e Orientações para a Educação de Crianças com Ne-

cessidades Educacionais Especiais. Dessa forma, após três anos da entrada em vigor da LDB, a Educação Infantil foi a primeira etapa a estabelecer diretrizes para a construção de um ensino inclusivo. No item 5.1 do referido documento, está expresso as orientações gerais para creches e pré-escolas no intuito de atender com qualidade as necessidades educacionais dos alunos especiais. Dentre essas recomendações destacam-se a necessidade de: - Disponibilizar recursos humanos capacitados em educação especial/ educação infantil para dar suporte e apoio ao docente das creches e pré-escolas ou centros de educação infantil, assim como possibilitar sua capacitação e educação continuada por intermédio da oferta de cursos ou estágios em instituições comprometidas com o movimento da inclusão; - Adaptar o espaço físico interno e externo para atender crianças com NEE, conforme normas de acessibilidade. (BRASIL, 2001, p. 24-26) Além das recomendações supracitadas, o RCNI destaca ainda outras inúmeras orientações para que essa etapa da educação possa desenvolver as habilidades dos alunos com necessidades especiais. Contudo, depois de 20 anos da criação desse documento, ainda é possível perceber que a estrutura geral das instituições de Educação Infantil ainda não conseguiu superar as dificuldades que impedem o pleno acesso das crianças especiais a Educação Infantil. Carneiro (2012), atribui essas dificuldades ao fato de a trajetória da educação ter sido marcada pelo não atendimento do aluno com deficiência, dessa forma, nos dias atuais as escolas ainda não se encontram preparadas para tal tarefa, "e sua transformação no sentido de cumprimento legal e de responder positivamente aos anseios sociais, requer alterações em toda a sua dinâmica" (CARNEIRO, 2012, p. 86). Segundo o autor, as alterações urgentes para que seja cumprida com as determinações legais são de natureza estruturais, econômicas, de recursos humanos e pedagógicos. A construção da escola inclusiva desde a educação infantil implica em pensar em seus espaços, tempos, profssionais, recursos pedagógicos etc. voltados para a possibilidade de acesso, permanência e desenvolvimento pleno também de alunos com deficiências, alunos esses que, em virtude de suas particularidades, apresentam necessidades educacionais que são especiais. Talvez o maior desafo esteja na prática pedagógica. Embora todos os aspectos mencionados sejam fundamentais e estejam atrelados uns aos outros, a ação pedagógica direcionada e intencional contribuirá em muito para a inclusão em seu sentido pleno (CARNEIRO, 2012, p. 86) O autor dá ênfase a prática pedagógica como um dos principais fatores que afetam o acesso e a permanência do aluno em salas de ensino regular. Contudo, a presença do público da Educação Especial, nem sempre é bem-vinda, pois, muitos dos professores se veem sobrecarregados, com turmas lotadas e sem estrutura adequada para receber essas crianças. A prática pedagógica também se torna frágil, visto que a formação dos professores tende a focar na preparação para o ensino de crianças sem necessidades especiais de ensino. A falta de experiencia e preparação torna o trabalho pedagógico inconsistente e tende a ter reflexos no processo educativo dessas crianças. Em 2004, foi criado pelo Ministério da Educação as Diretrizes da Política Nacional da Educação Infantil MEC/2004, que dentre outras providências instituiu que: "A educação de crianças com necessidades educacionais especiais deve ser realizada em conjunto com as demais crianças, assegurando-lhes o atendimento educacional especializado, mediante a avaliação e interação com a família e a comunidade." (BRASIL, 2004, p. 17). A visão de que é imprescindível a interação entre as crianças para o sucesso do ensino aprendizagem é uma concepção defendida por autores que desenvolveram teorias sobre a educação, como foi o caso de Vygotsky (1984). Para o autor o processo de aquisição de conhecimento não acontece apenas entre uma criança e um adulto, mas também mediante a convivência entre seus pares mais experientes. Nessa mesma perspectiva Arroyo (1998) enfatiza que: [...] nada justifca, nos processos educativos, reter, separar crianças, adolescentes ou jovens de seus pares de ciclo de formação, entre outras razões, porque eles aprendem não apenas na interação com os professores adultos, mas nas interações entre si. Os aprendizes se ajudam uns aos outros a aprender, trocando saberes, vivências, signifcados [...] (ARROYO, 1998, p.41) Essa inserção ao ambiente escolar é de fundamental importância para as crianças pequenas portadores de deficiência. Para Carneiro (2012) a interação entre as crianças contribui para formar uma geração mais consciente, sem preconceitos com o diferente. Mas para que isso aconteça, a escola deve promover uma prática pedagógica em que as crianças da Educação Infantil possam cultivar o respeito, o companheirismo, a concepção de cuidado consigo e com o outro, dentre outros tantos valores, visando a formação de cidadãos justos e éticos. Já para as crianças portadoras de deficiência o convívio escolar tem o papel de desenvolver suas habilidades, como a fala, a coordenação motora, os aspectos cognitivos e emocionais e a introspecção de valores sociais.

Muitos estudos já comprovam que os primeiros três anos de vida da criança são decisivos para o desenvolvimento da personalidade, da inteligência, da linguagem e da socialização. Esses primeiros três anos correspondem aos anos da creche, que em muitas instituições de ensino funcionam de forma integral. Todos os estímulos direcionados a crianças de 0 a 3 anos de idade serão muito mais intensos, pois o desenvolvimento cerebral nesse período é consideravelmente mais acelerado do que em comparação aos anos posteriores. Mas cabe destacar que não

apenas os estímulos positivos, mas também os negativos são propensos a gerar resultados na fase adulta. Nesse contexto Mendes ressalta que "o desenvolvimento do cérebro é muito mais vulnerável nessa etapa e pode ser afetado por fatores nutricionais, pela qualidade da interação, do cuidado e da estimulação proporcionada à criança" (MENDES, 2010, p.47- 48). Portanto, nessa etapa, se a criança tiver seus aspectos do desenvolvimento estimulados, terão mais chances de adquirir uma gama de habilidades que lhe possibilitará uma melhor qualidade de vida. Nos anos que correspondem a pré-escola, ainda que o desenvolvimento cerebral perda a aceleração, o meio em que o indivíduo está inserido é de fundamental importância para o desenvolvimento, principalmente no que se refere aos aspectos emocionais e cognitivos. O que possibilita concluir que, a inclusão das crianças com necessidades especiais na Educação Infantil é imprescindível, de acordo com os argumentos apresentados até o momento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A inclusão é um movimento mundial de luta das pessoas com deficiências e seus familiares na busca dos seus direitos e lugar na sociedade. O paradigma da inclusão vem ao longo dos anos, buscando a não exclusão escolar e propondo ações que garantam o acesso e permanência do aluno com deficiência no ensino regular. É preciso fazer algo para que a inclusão realmente aconteça. É necessário identificar o problema, fornece soluções, e o mais importante é o comprometimento dos educadores em fazer a diferença e realmente fazer a inclusão, usando de recursos físicos e os meios materiais para a efetivação de um processo escolar de qualidade. Devem dar prioridade ao desenvolvimento de novas atitudes e formas de interação na Escola, exigindo mudanças no relacionamento pessoal e social e na maneira de se processar a aprendizagem. Concluímos deste modo que o processo de inclusão ocorre a partir da condição que se dá ao aluno e à turma onde está incluso, a partir de condições de estrutura física, suportes de serviços psicopedagógicos, serviços técnico-pedagógicos e administrativos, programações comemorativas, culturais, desportivas etc., que interagem e dão sustentação ao processo que se desencadeia na sala de aula e tem como atores os alunos e professor. Essas ações são fundamentais para a construção de uma educação que atenda às necessidades, às possibilidades e ao interesse do conjunto da população escolar brasileira. Para isso, todavia, precisa de profissionais da educação responsáveis e competentes não só do ponto de vista pedagógico, mas também profissionais que não sejam desvinculados dos condicionamentos político-sociais. É importante frisar que um ambiente amoroso e estimulante, intervenção precoce e esforços integrados de educação irão sempre influenciar positivamente o desenvolvimento desta criança. Afinal, as diferenças não podem ser obstáculos nas nossas relações sociais e temos que saber respeitá-las. Mas também, não podemos deixar de reconhecer a sua existência. Entendemos que a escola inclusiva é benéfica não somente para aquelas crianças que têm necessidades educacionais especiais, mas, sim para todas as crianças. Visto que na medida em que a escola proporciona a todos seus alunos à oportunidade de conviver com a diversidade e com as diferenças, está preparando os alunos para a vida em sociedade. A pesquisa realizada sobre "A inclusão de crianças portadora de necessidades especiais e os desafios do docente em lidar com isso" foi uma experiência enriquecedora e respaldada nos instrumentos de observação e entrevista. Registramos que as atitudes da professora confirmam o que ela fala, pois ela oportuniza a interação das crianças de uma forma natural, e essa postura que a educadora tem é a ideal nesse contexto de inclusão, pois ela demonstra ser uma profissional comprometida e envolvida nesse trabalho com essa diversidade, que não é uma tarefa muito simples. Mas como a inclusão é um processo cheio de improvisos, sem fórmulas prontas e exige aperfeiçoamento constante, ela também demonstra na entrevista que esse trabalho pode causar impotência diante da dificuldade em ajudar o aluno a avançar, mas que sente alegria quando consegue. Quanto à escola foi constatado na observação que ela não se preocupa apenas em admitir a matrícula desses meninos e meninas para cumprir a lei, mas, sim realizando atividades dinâmicas como: música, teatro, apresentações, danças em um espaço apropriado, além de uma estrutura física adaptada com rampas de acesso, instalação de barras de apoio e alargamento das portas oferecendo o acesso adequado aos deficientes físicos (cadeirantes). Entretanto, ficou evidente que essa escola precisa melhorar em algumas questões cruciais, que são os serviços de apoio de acordo com as necessidades de cada estudante, ou seja, de orientações e suporte das associações de assistência de médicos, fonoaudiólogos, professor de libras, enfim, profissionais de apoio. Afinal, na educação inclusiva não se espera que a pessoa com deficiência se adapte à escola, mas que está se transforme de forma a possibilitar a inserção desse aluno especial. E para isso acontecer é preciso despertar a consciência e a dedicação de todos os envolvidos nessa questão, sem preconceitos, sem distinção de raça, classe, gênero ou características pessoais para que a escola se torne aberta às diferenças e competente para trabalhar com todos os educandos.

REFERÊNCIAS

AMARAL, Ligia Assumpção;

AQUINO, Julio Groppa (Org). Diferenças e Preconceitos na escola:

alternativas teóricas e praticas. São Paulo: Summus,1998.

MANTOAN, Maria Tereza Égler;

MARQUES, Carlos Alberto. A integração de pessoas com deficiência: contribuições para uma refexão sobre o tema. São Paulo: Ed.]

SENAC, 1997. REVISTA Pátio Educação Infantil, A diversidade como desafo, nº 9, Novembro 2005/ Fevereiro2006, Editora Artmed.

REVISTA Nova Escola, São Paulo: Abril, v.20, n.182, p.24-26, maio. 2005.

VYGOTSKY, L. S. A formação social da mente. São Paulo: Ed. Martins Fontes, 1989.

BRASIL. Lei 9394 de 24 de dezembro de 1996. Lei Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9394-96 Eca.